

Mulheres nas Fileiras: Os Papéis das Militares da NATO nos Teatros de Operações na Primeira Década do Século XXI

Ana Paula da Silva Jorge

Tenente-Coronel Engenheira Eletrotécnica da Força Aérea Portuguesa. Docente na Academia da Força Aérea, Diretora Técnica da Biblioteca de Ciências Militares e Aeronáuticas.

Resumo

Perante a existência de mulheres nas fileiras das Forças Armadas dos países da NATO, importa aprofundar o conhecimento sobre a sua participação em operações. Neste sentido, faz-se uma caracterização da situação dos militares femininos nas Forças Armadas de alguns países, antes e durante a primeira década do século XXI, compara-se a taxa de feminização das forças destacadas com as das organizações militares a que pertenciam e identificam-se as principais funções que desempenhavam, no quotidiano e em operações. Nesta análise é dada especial atenção às militares portuguesas. Adicionalmente, apresentam-se diversas situações onde a presença dos militares femininos era considerada essencial para a eficiência e eficácia das missões e operações de paz, bem como as razões para a necessidade de inclusão de uma perspetiva de género nas organizações militares.

Abstract

Women in the Ranks: The Roles of NATO's Military Women in Operations During the First Decade of the 21st Century

Considering the presence of women in the ranks of NATO countries Armed Forces, it is important to further the knowledge about their participation in operations. Towards this, a characterization of the situation of female soldiers is made in several countries, before and during the first decade of the 21st century. The rate of female participation in deployed military forces is compared with that of the military organizations to which they belong to and the key tasks assigned to military women, daily and in operations, are identified. In this analysis, a special attention is given to Portuguese military women. Additionally, several situations where the presence of female militaries was considered essential for the efficiency and effectiveness of the peacekeeping operations are presented, as well as the reasons for including a gender perspective in military organizations.

Introdução

“We can no longer afford to minimize or ignore the contributions of women and girls to all stages of conflict resolution, peacemaking, peace-building, peacekeeping and reconstruction process. Sustainable peace will not be achieved without the full and equal participation of women and men.”

(Kofi Annan, 2002)¹

Ao longo da História, as mulheres têm desempenhado papéis em situações de conflitos armados que não devem ser ignorados. Os conflitos, armados e violentos, não pressupõem apenas a fase de violência pública e declarada. Incluem, igualmente, a fase anterior ao conflito e a fase pós-conflito. Em todos estes momentos as mulheres estão presentes, seja enquanto vítimas diretas, seja enquanto sobreviventes das guerras e agentes de resolução de conflitos e de construção da paz ou, ainda, enquanto atuantes diretos na violência.

A comunidade internacional tem vindo a ganhar consciência da necessidade de uma maior participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e na condução das missões de paz, reforçada pela Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) e pela *Bi-Strategic Command* (Bi-SC) 40-1 da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), nas quais se afirma a importância da plena participação das mulheres, em pé de igualdade com os homens, nos esforços de manutenção e de promoção da paz e da segurança. Também as políticas nacionais, que visam a implementação de uma perspectiva de género, têm assumido relevância nas organizações militares, onde se incluem as Forças Armadas e as equipas destacadas para os teatros de operações (ONU, 2000; NATO, 2009a).

Os Papéis das Mulheres nos Conflitos Armados

Os efeitos dos conflitos armados nas sociedades são diversos e afetam a população de forma diferenciada. Embora sejam os homens os que mais morrem, são igualmente os que mais matam em tempos de conflitos armados. Embora as mulheres também participem na violência, acima de tudo, resistem-lhe e sofrem as suas consequências. Como tal, os diversos papéis desempenhados pelo sexo feminino, voluntaria e involuntariamente, nos teatros de guerra e nas missões e operações de paz e segurança internacionais devem ser observados (Keyser, 2006).

A Mulher enquanto Vítima

Os impactos dos conflitos armados na vida de mulheres e meninas podem fazer-se sentir de diversas formas. Em resultado da sua condição, além de ser uma das prin-

1 Kofi Annan, ex-Secretário Geral da ONU, no seu relatório sobre “Mulheres, Paz e Segurança”, de outubro de 2002.

cipais vítimas de violência estrutural e cultural, o sexo feminino tem sido, ao longo dos séculos, vítima de violência doméstica ou intrafamiliar e de violência sexual (assédio, violação, escravatura sexual, prostituição forçada, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez forçada, esterilização forçada, tráfico sexual) que, em cenários de guerra, ocorrem tanto na esfera pública como na privada (Keyser, 2006). Adicionalmente a estas formas de violência, o fenómeno das “crianças soldado”, comumente associado apenas às crianças do sexo masculino, afeta de forma particular as meninas, pois também elas são recrutadas por grupos armados que as coagem a lutar, muito embora sejam utilizadas, sobretudo, como cozinheiras, enfermeiras e escravas sexuais – sendo, por vezes, intituladas de “esposas” (Enloe, 2007). As mulheres e meninas, por serem as principais sobreviventes das guerras, constituem a maioria dos refugiados internacionais e dos deslocados no seu próprio país. Após o término dos conflitos, as mulheres ficam, frequentemente, sozinhas, com a responsabilidade de criar os filhos e de reconstruir as suas comunidades. Para além disso, permanecem sujeitas a todo o tipo de violência que já tinha sido tornada quotidiana ao longo da guerra e que não desaparece com o cessar do conflito. Porém, este e outro tipo de questões sociais tendem a ser descurados, porquanto os programas da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos governos tendem a referir-se, unicamente, à reconstrução pós-bélica material, de instituições e estruturas (Moura, 2003).

A Mulher enquanto Vetor de Paz

Se, no passado, a defesa das fronteiras, a luta pela glória e a coexistência de crenças e culturas distintas consistiam nas principais razões para os homens se agruparem e se confrontarem e, se num passado mais recente, os conflitos existentes eram, essencialmente, os “tradicionais” confrontos entre Estados, em que o antagonista era amplamente conhecido, presentemente, e desde o fim da Guerra-Fria, já não é fácil identificar as verdadeiras razões que conduzem aos conflitos e nem reconhecer a força opositora, que se camufla entre a população civil, que usa armas que não as convencionais e que é motivada por fundamentalismos religiosos, difíceis de entender à luz da cultura ocidental (Kaldor, 2001).

É a par com uma disparidade de realidades concomitantes que, na última viragem de século, a comunidade internacional sentiu que devia adaptar-se, de forma a ser capaz de enfrentar os novos desafios. Nem sempre o recurso à força é a solução, o poder militar não é sinónimo de vitória e é imperativo respeitar o direito, liberdade e garantias dos povos. Cada vez mais se recorre à diplomacia, ao uso de armas com elevada precisão, que permitem minimizar os danos colaterais, e pessoal altamente qualificado, capaz de manusear os sistemas tecnologicamente desenvolvidos que se encontram ao dispor da prática da guerra (ONU, 2009).

Perante estes desafios, seria expectável que, na primeira década do século XXI, já existisse uma maior partilha do poder e da decisão e, conseqüentemente, as mulhe-

res estivessem mais presentes nos processos de negociação, manutenção, consolidação e de imposição da paz, não só pelos impactos das guerras nas suas vidas mas, também, porque trazem perspectivas distintas para as negociações que influenciam o seu próprio destino. Elas experienciam mais claramente o conflito como um continuum e possuem uma percepção mais abrangente, vindo para além da violência pública direta (Anderlini, 2000; Moser e Mcilwaine, 2004).

Porém, as mulheres encontravam-se limitadas, regra geral, a atividades de cariz informal, mais ou menos visíveis, na sua maioria ao nível das comunidades, com um campo de ação reduzido, embora fosse reconhecida a importância das organizações locais de mulheres na desmobilização, reconciliação entre comunidades, defesa dos direitos humanos, democratização, desenvolvimento, combate à pobreza e iliteracia, recuperação económica e promoção da tolerância intercultural (Moura, 2003). Para conseguir uma atuação mais marcante, as mulheres precisaram de conquistar os lugares de topo e penetrar nas estruturas de domínio tradicionalmente masculino, incluindo as instituições militares (Elshtain, 2000).

As Mulheres enquanto Vetores de Guerra

As análises sobre a participação das mulheres nos conflitos armados têm sido moldadas por estereótipos, fazendo com que esta se resume, essencialmente, aos papéis das mulheres enquanto vítimas de guerra ou enquanto agentes de paz. No entanto, alguns acontecimentos trazidos a público, provocando ondas de grande indignação, demonstram que as mulheres, tal como os homens, são capazes de desempenhar papéis mais violentos que contrariam esses estereótipos socialmente construídos. O escândalo de Abu Ghraib, revelado pela imprensa em 2004 através da divulgação de fotografias das torturas e humilhações impostas a prisioneiros iraquianos, perpetradas por militares, homens e mulheres, dos Estados Unidos da América (EUA), é disso um exemplo (Wright, 2006; Enloe, 2007).

As mulheres bombistas suicidas, cujo número tem aumentado nos últimos anos, são outro exemplo. Várias causas têm sido apontadas para explicar este fenómeno: a primeira é inerente ao afastamento dos planos político, económico e social a que algumas mulheres têm sido votadas, particularmente nos países islâmicos; a segunda diz respeito ao fundamentalismo religioso, que faz apelo ao martírio e encontra eco junto dessas mulheres que procuram a igualdade e o reconhecimento social; a terceira tem por base a mediatização generalizada destas situações e o seu impacto sobre jovens vulneráveis, aumentando a atração pelas ofensivas suicidas, na esperança de a sua morte trazer honra à sua família (Keyser, 2006).²

2 Nas sociedades islâmicas a violação de uma mulher constitui um crime de honra contra toda a família, que se sente no direito de assassinar a vítima para recuperar a honra perdida. Os suicídios ofensivos ganham adeptos junto de jovens mulheres que, depois de violadas, são poupa-

Por outro lado, as mulheres, muitas vezes socialmente desvalorizadas e excluídas da esfera política, revelam-se fontes de informação importantes. Não é pelo facto de viverem “aprisionadas” dentro do seu próprio lar que deixam de ouvir, ver, sentir e de ter opinião. A Eurodeputada Ana Maria Gomes³, pela sua experiência enquanto Embaixadora de Portugal na Indonésia, não tem dúvidas de que as mulheres nativas se socorrem da invisibilidade, que lhes é conferida pelas próprias comunidades masculinizadas, para encobrir a sua participação nos conflitos, quer como “correios”, agentes de guerrilhas e elementos das forças da resistência, quer auxiliando pessoas escondidas.

A Presença das Mulheres nos Campos de Batalha: uma Retrospectiva Histórica

Embora haja infindáveis escritos sobre as façanhas masculinas em campanhas, poucos são aqueles que fazem menção à participação das mulheres nas mesmas. Porém, algumas imagens que retratam acampamentos militares seculares, assim como as poucas referências escritas sobre a presença de mulheres nos mesmos, indicam que estas, durante muitos séculos, acompanharam as deslocações dos exércitos, cabendo-lhes as tarefas diárias de apoio à vivência dentro dos acampamentos. Elas eram lavadeiras, cozinheiras, aguadeiras, “enfermeiras” e afiançavam a satisfação sexual dos militares. Ou seja, as tarefas desempenhadas pelas mulheres no círculo militar eram uma continuação das tarefas que desempenhavam no círculo doméstico.

Esta presença começou a ser mal vista, e até mesmo proibida, quando os comandantes se aperceberam que perdiam mais homens vítimas de doenças sexualmente transmissíveis do que em combate (Carreiras, 2004). Outro fator que terá contribuído para fazer desaparecer a presença feminina dos acampamentos foi a impossibilidade das unidades militares transportarem, sem encargos, as mulheres que as acompanhavam. Talvez por isso, em nenhum outro momento, as Forças Armadas foram tão exclusivamente masculinas como durante as décadas anteriores à Primeira Guerra Mundial (van Creveld, 2000).

A presença de mulheres nos campos de batalha volta a emergir de forma marcante com a necessidade de assistência médico-sanitária em campanha. Por exemplo, no ano 1934 apareceram em França as primeiras “enfermeiras do ar”, enfermeiras que possuíam formação em para-quedismo para poderem ser empenhadas no serviço da guerra, nos próprios campos de combate (Grão, 2006).

das à morte mas, porém, são estigmatizadas e excluídas do plano social. Face às suas reduzidas expectativas de vida, estas mulheres sentem-se compelidas a vingarem-se do inimigo que as desonrou (Keyser, 2006).

3 Entrevista à eurodeputada Ana Maria Gomes em 22 de Abril de 2010, no Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, sito em Lisboa.

Posto isto, e não obstante o facto de, ao longo dos tempos, a maioria das mulheres ter desempenhado os papéis que socialmente lhes foram atribuídos, elas optam, cada vez mais, por áreas tradicionalmente masculinas, assumindo papéis que eram exclusivamente da competência dos homens. A existência de mulheres uniformizadas nas Forças Armadas e, conseqüentemente, nos teatros de operações são disso bons exemplos.

O Recrutamento Generalizado de Mulheres para as Forças Armadas dos Países NATO

O início da presença de mulheres militares nas Forças Armadas dos países NATO ocorreu, em regra, durante a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, altura em que as mulheres começaram a assumir papéis mais diretos nos conflitos, envergando os uniformes das respetivas Forças Armadas. As mulheres foram chamadas para o esforço de guerra com o intuito de prestarem auxílio aos exércitos na retaguarda, libertando, assim, os homens válidos para as tarefas de combate. Embora recrutadas, essencialmente, para os serviços médico-sanitários, surgiu, igualmente, a necessidade de recorrer à mão-de-obra disponível – as mulheres – para garantir o normal funcionamento dos serviços de apoio dentro das organizações militares. Apesar dos países admitirem o valor, coragem e sentido patriótico do contributo destas mulheres, estas foram sendo desmobilizadas nos anos seguintes, após o término da guerra (NATO, 2001).

A par com a consciencialização social de que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos, começaram a surgir leis nacionais e internacionais que fomentavam o recrutamento das cidadãs para as organizações militares, indo ao encontro do que era estabelecido na Constituição de diversas nações: a não discriminação com base no sexo. Contudo, na génese do recrutamento feminino estiveram outras questões para além da igualdade de oportunidades e a eliminação da segregação com base no sexo. A reestruturação das Forças Armadas que ocorreu no seio da generalidade dos países NATO, despoletada pela criação da “*All-Volunteer Force*” nos EUA, deu, igualmente, um enorme contributo. Esta opção americana em conceber uma força militar profissionalizada, alimentada unicamente por voluntários, e que foi sendo adotada pelos restantes países da Aliança, levou à redução da dimensão das forças militares e ao influxo de mulheres, que surge para colmatar as lacunas criadas pela falta de candidatos homens (NATO, 2001).

Na verdade, das dinâmicas sociais que começavam a emergir, particularmente em meados do século passado, uma que assumiu bastante relevância foi o desaparego dos jovens do sexo masculino pelas instituições militares, com as quais já não se identificavam, e que resultou num desinteresse pelo alistamento voluntário. Este desinteresse, associado à necessidade de compensar a diminuição da taxa de natalidade e ao facto de muitos governos não quererem recrutar cidadãos das minorias étnicas e

raciais, nas quais não depositavam confiança, conduziu à abertura das fileiras às mulheres. O alargamento do recrutamento aos jovens do sexo feminino surge, assim, como a melhor solução. Esta solução acarretava, ainda, duas vantagens: as mulheres traziam consigo níveis de formação elevados e contribuíam para a imagem de modernização que as forças militares pretendiam transmitir (Enloe, 2007).

É, pois, no seio desta conjuntura que, entre as décadas de 70 e 90 do século XX, ocorre o recrutamento generalizado das mulheres para as forças militares dos países da NATO, revelando-se um processo demorado. Se em muitos países existia o serviço militar obrigatório para os homens, em simultâneo com a contratação de voluntários, o recrutamento de mulheres foi, desde o início, na base do voluntariado. No entanto, o recrutamento feminino apresentava muitas restrições, nomeadamente no que respeitava às funções permitidas. Elas eram recrutadas, na sua maioria, para os serviços de apoio e médico-sanitários, estando excluídas das funções de combate, próximas do combate e submarinos. Também o número de mulheres recrutadas estava, muitas vezes, limitado às quotas máximas estabelecidas. Estas restrições deviam-se, principalmente, aos condicionalismos materiais, como a falta de capacidade das infraestruturas para acomodar mais elementos femininos, e às barreiras culturais. Em termos de postos, muitos países optaram, primeiro, pelo recrutamento para os estabelecimentos de ensino superior militares e, conseqüentemente, para a categoria de Oficiais. Somente numa fase posterior, é que o recrutamento foi alargado às categorias de Sargentos e Praças (NATO, 2001).

As Mulheres Militares da NATO na Primeira Década do Século XXI

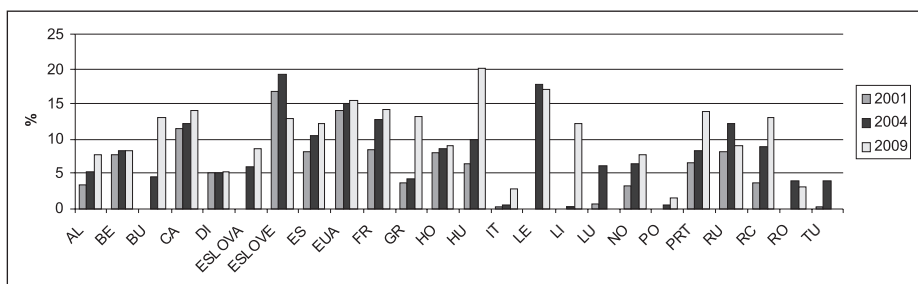
Na viragem de século, a NATO encontrava-se a estudar a melhor forma de atrair, selecionar, treinar e empregar as mulheres, de modo a maximizar a sua contribuição para a eficiência e eficácia das missões, permitindo que homens e mulheres trabalhassem juntos sem dificuldades (ONU, 2002).

Durante a primeira década do século XXI, o fim generalizado do serviço militar obrigatório, a redução das forças militares, a falta de candidatos, especialmente homens, e a influência dos instrumentos nacionais e internacionais de promoção da igualdade de género, levaram a que as Forças Armadas, na maioria dos países NATO, se preocupassem em recrutar mais mulheres e em retê-las nas fileiras (figura 1).

Estas preocupações geraram um conjunto de medidas que pretendiam, do ponto de vista externo, tornar a carreira mais atrativa e, do ponto de vista interno, criar igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e a facilitar a conciliação entre a vida castrense e a familiar (Carrilho, 2007). Neste sentido, as restrições ao serviço militar feminino foram sendo abolidas, as quotas removidas e as barreiras culturais derrubadas. Na verdade, muitos países, extinguíram as limitações à presença feminina, optando por introduzir alterações aos locais de trabalho, incluindo nos navios

e submarinos, bem como aos procedimentos e à ergonomia dos equipamentos, para que determinadas tarefas e funções pudessem ser desempenhadas igualmente por mulheres (NATO, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010a).

Figura 1 – Percentagem do Pessoal Militar Feminino nas Forças Armadas dos Países NATO – 2001 a 2009 (Adaptado da informação disponibilizada nos relatórios nacionais anuais elaborados no âmbito do NCGP⁴)



Em termos de recrutamento, regra geral, os critérios de seleção baseavam-se nas capacidades pessoais e nas qualificações profissionais. Na avaliação física, com a exceção das funções que exigiam requisitos físicos específicos, como por exemplo nas forças especiais, todos os requisitos físicos básicos aplicados tinham em consideração as diferenças fisiológicas entre géneros e a idade dos militares. Embora em muitos países as mulheres tivessem acesso a todas as funções, era-lhes difícil atingir os requisitos físicos específicos exigidos para as armas combatentes. Como tal, e também em virtude das suas preferências, a maioria continuava a servir nos serviços de apoio e médicos, embora muitas já desempenhassem funções operacionais e técnicas e, outras, assumissem as funções de comandantes de pelotão e, até mesmo, de navios (NATO, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010a).

No que concerne às promoções, os critérios aplicados eram iguais para todos os militares. No entanto, em determinadas armas e especialidades um dos critérios prendia-se com a experiência operacional no terreno, que no caso das mulheres ainda era muito reduzida, consistindo, por isso, num entrave à progressão na carreira. Quanto aos postos ocupados pelos militares femininos, questão dependente da longevidade da carreira, os militares femininos já tinham ascendido à categoria de Oficial-General em alguns países, nomeadamente na Alemanha, Canadá, EUA, Holanda e Noruega, embora numa percentagem muito reduzida. Esta dificuldade em ter mulheres em posições de liderança resultava da dificuldade em reter os elementos femininos nas Forças Armadas que, por não conseguirem conciliar os deve-

4 NATO Committee on Gender Perspectives.

res profissionais com a família, abandonavam a vida militar (NATO, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010a).

Em 2010, os Estados-membros prosseguiam, assim, com os seus esforços para encontrar a melhor forma de integrar as capacidades individuais e a diversidade existente no seio das fileiras, traduzidos, por exemplo, na constituição de equipas mistas em proveito da prontidão e flexibilidade das suas Forças Armadas e, conseqüentemente, para incluir uma perspectiva de género nas organizações militares, nacionais e internacionais, particularmente na preparação e condução das operações militares de apoio à paz (NATO, 2007a; 2008a; 2010b; ONU, 2010b, 2010c).

A Representação dos Militares Femininos nos Contingentes Destacados ao Longo da Primeira Década do Século XXI

Na maioria dos países NATO, as mulheres fizeram-se representar nas operações militares internacionais desde o início do seu recrutamento. Paralelamente, os países foram adotando medidas, impulsionados grandemente pela RCSNU 1325 (2000), para incentivar a participação das suas militares nas missões e operações de paz, de forma a atingir um equilíbrio homem/mulher das forças destacadas (ONU, 2002). Porém, no ano em que se comemorou o décimo aniversário da referida resolução (2010) constatava-se que a presença de militares femininos nos teatros de operações era, ainda, muito diminuta (ONU, 2010a).

Algumas razões podem ser apontadas para justificar esta reduzida taxa de feminização dos teatros de operações. A sub-representação das mulheres militares nas operações militares era, sobretudo, um sintoma da baixa representação feminina nas Forças Armadas da generalidade dos países nelas envolvidos, consistindo, por isso, na razão principal (NATO, 2010a; 2010b; ONU, 2010b; 2010c).

Porém, a percentagem de militares femininos a participar em missões e operações de paz e segurança era muito inferior à percentagem total de militares femininos nas Forças Armadas de cada país (tabela 1). Uma explicação possível prende-se com o facto de, na generalidade dos países NATO, a seleção do pessoal para integrar os contingentes a destacar ser com base no voluntariado. Atendendo a que a maioria dos destacamentos tinha uma duração entre três a seis meses, existindo a possibilidade de se estenderem no tempo, e sendo a conciliação entre os deveres familiares e profissionais uma das maiores preocupações e dificuldades sentidas pelas mulheres militares, uma participação nas missões sem carácter obrigatório inviabilizaria qualquer tipo de participação, porquanto não havia voluntárias. Este facto foi confirmado pelas entrevistas efetuadas a militares femininos de vários países NATO⁵.

5 Entrevistas realizadas durante 2010 a oito militares femininos estrangeiros (países NATO e parceiros para a paz) com experiência em teatros de guerra (uma Tenente-Coronel holandesa,

Para fazer face a esta dificuldade, as Forças Armadas de muitos dos países da Aliança, como forma de atrair e reter os jovens nas fileiras, trataram de criar legislação com vista a proteger todos os elementos com filhos menores a seu cargo, de modo a restringir o destacamento das militares mães e o destacamento dos pais nos casos de famílias monoparentais, assim como o destacamento simultâneo dos elementos de um casal, nos casos em que ambos os cônjuges são militares (NATO, 2008a).

Tabela 1 – Situação das Militares dos Países NATO em 2010
(adaptado da informação disponibilizada nos relatórios nacionais anuais elaborados no âmbito do NCGP)

Situação das Militares dos Países NATO (2010)							
País	% Total Militares Femininos	% Gerais Femininos	% Oficiais Superiores Femininos	% Capitães e Oficiais Subalternos	% Sargentos Femininos	% Praças Femininos	% Militares Femininos a Participar em Operações Militares
Alemanha	8,9	0,24	5,58	1,12	6,62	12,31	-
Bélgica	8,0		8,9		6,6	9,1	7,9
Bulgária	13,0	0,0	0,08	0,6	2,61	9,7	6,6
Canadá	15,0	3,7	11,3	18,7	12,5	15,2	10,1
Dinamarca	5,2	0,0		4,5	3,9	6,2	6,1
Eslováquia	-	-	-	-	-	-	-
Eslovénia	15,54	0,0	12,44	7,29	25,47	35,68	7,89
Espanha	21,1		6,0		2,0	17,7	9,0
EUA	15,5	9,2	10,0	18,6	13,8	17,9	4,3
França	14,2	0,15		9,8	13,5	14,2	5,5
Grécia	13,5	0,81	2,96	15,68	21,15	15,27	1,46
Holanda	9,0	2,0	5,0	11,0	7,0	11,0	7,0
Hungria	20,0	0,0	10,0	24,0	26,0	10,0	-
Itália	0,97	0,0	0,0	0,16	0,32	0,49	3,38
Letónia	21,7		14,6		23,2	13,1	0,45
Lituânia	11,5	0,0	7,1	11,7	10,4	12,0	2,9
Luxemburgo	5,79	0,0	4,34	11,76	6,28	5,44	5,86
Noruega	8,6	2,0	6,0	8,8	11,4	8,9	6,6
Polónia	1,79	0,0	0,79	5,87	1,46	0,70	1,30
Portugal	13,95	0,0	1,89	22,74	7,65	18,26	4,74
Reino Unido	13,6		9,7			9,5	-
Rep. Checa	13,3	1,42	4,7	13,7	17,45	-	0,2
Roménia	3,16	2,63	4,55	6,18	5,46	0,47	-
Turquia	-	-	-	-	-	-	0,57

uma Major francesa, uma Capitão americana, uma Tenente e uma Sargento alemãs, uma Tenente e uma Sargento irlandesas e uma Tenente turca). Algumas das militares entrevistadas confessaram terem sido voluntárias numa altura em que ainda não tinham filhos a seu cargo. A Tenente da Irlanda referiu mesmo que, no seu país, muitos Oficiais Subalternos eram voluntários para participarem em operações militares no exterior, situação que se alterava quando começavam a ter filhos. Também a Tenente turca, pertencente aos quadros da força naval, considerava os constantes destacamentos a que estava sujeita como condição necessária para fazer parte da guarnição de um navio e que tal não acarretava dificuldades para a sua vida pessoal por não ter responsabilidades familiares.

Outra razão para a reduzida representação feminina nos teatros de operações prendia-se diretamente com os objetivos da missão à qual os contingentes destacados prestavam apoio. Para a sua maioria eram requeridos militares de armas combatentes e de unidades terrestres de combate-próximo, áreas onde as mulheres ainda estavam sub-representadas (NATO, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010a).

Quanto às funções e tarefas desempenhadas, os militares femininos serviam nos teatros de operações nos mesmos serviços em que serviam no seu quotidiano e para as quais receberam formação e se encontravam qualificadas, ou seja, nos serviços médicos e de apoio. Porém, começavam a prestar apoio às operações militares em funções tradicionalmente masculinas, nomeadamente, em áreas técnicas e operacionais, como operadores de rádio e pilotos de caças (NATO, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010a).

Quanto aos postos das militares destacados, estes eram os mais baixos de cada categoria. Embora, em 2010, já existissem militares femininos a desempenharem funções de comandante de serviços, pelotão ou companhia nos teatros de guerra, a atribuição de funções de liderança aos elementos femininos era ainda muito reduzida, fruto de, na generalidade dos países, a taxa de feminização dos postos mais elevados – Oficiais-Generais e Oficiais Superiores – ser ainda muito diminuta. Assim, não existiam muitas mulheres militares que reunissem as condições necessárias (posto e especialidade) para comandar as tropas no terreno (NATO, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010a).

De acordo com a ONU, em 2010, a percentagem de mulheres civis a participar nas missões e operações de paz e segurança das Nações Unidas tinha atingido os 30% (ONU, 2010a). Inclusivamente, em julho desse ano, duas mulheres encontravam-se a conduzir operações de paz como Representantes Especiais do Secretário-Geral (RESG) da ONU e três eram vice-RESG. O progresso para as componentes uniformizadas apresentava-se mais moroso, embora a ONU se encontrasse a desenvolver esforços junto dos Estados-membros para aumentar o número de mulheres fardadas neste tipo de operações. A título de exemplo, em junho de 2010, apenas dois por cento dos 87 mil militares eram mulheres. No entanto, já existiam contingentes em operações de manutenção de paz constituídos unicamente por mulheres como, por exemplo, o “*Formed Police Unit*” da Índia, destacado em 2007 para a *United Nations Mission in Liberia* (UNMIL), onde a própria função de *Deputy Force Commander* foi atribuída a uma mulher⁶.

Assim se conclui que, no fim da primeira década do século XXI, as missões e operações militares internacionais continuavam a ser um contexto onde a representação

6 Informação disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/gender.shtml>.

masculina era muito superior à feminina, a atribuição de funções de comando e chefia às mulheres militares era ainda muito reduzida e as tarefas por elas desempenhadas nos teatros de guerra, tal como no seu trabalho diário dentro das organizações militares em que serviam, eram, sobretudo, nos serviços médicos e de apoio, apesar de se ter registado um aumento de militares femininos a desempenharem tarefas em áreas mais técnicas e operacionais.

As Militares Portuguesas nos Teatros de Operações

Também em Portugal é com a necessidade de assistência médico sanitária em campanha que se inicia o recrutamento feminino. Em Junho de 1918, durante a Primeira Grande Guerra, 12 enfermeiras da Cruz Vermelha Portuguesa solicitaram a incorporação no Corpo Expedicionário Português (CPE), formando o primeiro Grupo Auxiliar das Damas Enfermeiras e tendo sido as primeiras mulheres a serem aceites pelo exército. No total, meia centena de Damas Enfermeiras, graduadas em Alferes e Tenente, viria a servir no CPE (Grão, 2006).

Posteriormente, entre 26 de maio de 1961 e 1 de junho de 1974, 42 enfermeiras para-quadristas foram largadas nas áreas de combate nas províncias Ultramarinas, com o objetivo de aí prestarem assistência médica, em locais de difícil acesso, a bordo de aeronaves e em missões de especial responsabilidade, muitas vezes debaixo de fogo. Estas seriam mesmo as únicas mulheres que, nesse período, em todo o Ocidente, se encontravam a prestar serviço na frente de combate (Grão, 2006).

No fim do século XX, as militares portuguesas já haviam sido destacadas para prestarem apoio a várias operações militares, nas quais desempenharam um leque alargado de funções. Entre estas militares encontravam-se Oficiais médicas, especialistas de comunicações, cozinheiras, mecânicas e elementos dos serviços administrativos. Os destacamentos eram com base no voluntariado e tinham, por norma, uma duração de seis meses. Só no caso de não existirem voluntários em áreas e especialidades críticas, como por exemplo Oficiais médicos, a nomeação era obrigatória. Na viragem do século, esse princípio manteve-se, significando que o pessoal feminino, tendo as qualificações necessárias, podia ser voluntário ou nomeado para participar em operações militares internacionais, sem quaisquer restrições (NATO, 2001).

Durante a primeira década do século XXI verificou-se um aumento dos militares do sexo feminino nas armas combatentes, o que explica o facto da participação de militares femininos nas missões internacionais ter tido maior expressão, particularmente, no Exército (NATO, 2003; 2004; 2005; 2006; 2007b; 2008b; 2009b; 2010a).

Em bom rigor, o ano em que se registou uma maior percentagem de militares femininos a participar em operações militares foi 2009 (MDN, 2006; 2009a; 2009b). O ramo com uma maior proporção de efetivos femininos destacados era o Exército

(13,39%), seguindo-se a Marinha (11,11%) e, por fim, a Força Aérea (4,69%). Em 30 de Janeiro desse ano, concretamente, 70 militares femininos (5 Oficiais, 11 Sargentos e 54 Praças) encontravam-se destacados em apoio a várias operações de paz, nomeadamente, *Kosovo Force* (KFOR), *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL) e *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG1), representando cerca de 10% do universo de 706 militares destacados.

De acordo com a informação facultado pelo Ministério da Defesa Nacional (MDN), em 2010, não existiam quaisquer restrições na nomeação de militares do sexo feminino para as forças nacionais destacadas. Nesse ano, as Forças Armadas possuíam contingentes em vários teatros de operações, designadamente, no Kosovo, Afeganistão, Líbano, Bósnia-Herzegovina, Timor-Leste, Etiópia, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau e Somália. A percentagem dos efetivos femininos que participaram em operações militares até 30 de Abril 2010, ou que se encontravam a participar nessa data, era de 4,47%.

A participação de Portugal nas missões internacionais não se resumiu apenas à participação das Forças Armadas. Também os militares da Guarda Nacional Republicana (GNR) haviam participado neste tipo de missões, especificamente, em Timor, Bósnia e Iraque. As funções desempenhadas por estes militares abarcavam quer a investigação criminal, quer o apoio direto às populações e às ações humanitárias. Estas últimas, quando em apoio às organizações que se ocupavam de feridos ou que promoviam as regras de saúde e higiene, implicavam, muitas vezes, um contacto próximo com as populações locais. Ao nível da investigação criminal, os elementos da GNR integravam, frequentemente, equipas de investigação da ONU, incluindo as unidades de apoio às vítimas vulneráveis (MAI, 2010).

Os dados fornecidos pela GNR permitem confirmar a participação significativa da GNR em missões internacionais. Até ao ano de 2009 contabilizaram-se 2.306 presenças nos teatros de operações, garantidas por 1.715 elementos da GNR, significando que 591 efetuaram mais do que uma operação.

Neste contexto, os militares femininos da GNR também estiveram presentes em todos os teatros de operações, embora nem em todos os contingentes (GNR, 2008). Dos dados facultados pela GNR verifica-se que, até ao ano de 2009, um total de 50 presenças femininas foram garantidas por 38 mulheres militares, tendo 12 participado em mais do que uma missão de paz e segurança internacionais. No total destas 50 presenças, 44 foram garantidas por mulheres da categoria de Guardas, na sua maioria Soldados, duas da categoria de Sargentos e quatro da categoria de Oficiais, sendo Tenente o posto ocupado mais elevado. As funções desempenhadas eram maioritariamente nas armas combatentes, como Infantaria e Cavalaria, na Administração Militar e em Transmissões.

Os referidos dados permitem, ainda, concluir que a taxa de feminização das equipas destacadas da GNR, correspondente a 2,1%, era mais baixa que a taxa de femi-

nização desta organização em termos gerais (6,0%). Não obstante, comparando o número de militares, homens e mulheres, que serviam a GNR em 2010, com o número dos que estiveram destacados em missões internacionais, verifica-se uma redução nessa diferença: somente 4,2% dos cerca de 900 militares femininos e 7,1% dos cerca de 23.640 militares masculinos contavam com experiência nos teatros de operações.

De forma a recolher mais informação sobre a participação das militares portuguesas nos teatros de operações, foram entrevistadas oito militares femininos, quatro das Forças Armadas e quatro da GNR, das três categorias (Oficiais, Sargentos e Praças/Guardas), com experiência em operações de paz e segurança⁷. Em resposta às questões que lhes foram colocadas, todas disseram ter sido voluntárias para integrar as forças nacionais destacadas. Quanto à maior dificuldade sentida, referiram-se à adaptação a culturas e climas diferentes. Igualmente, todas pareceram concordar que as melhores experiências vividas no terreno prenderam-se com a oportunidade de contactar com outras culturas, ajudar populações carenciadas e com a possibilidade de trabalhar com militares de outras nacionalidades. No que concerne à pior experiência, referiram ser a miséria a que assistiram, resultante das condições precárias em que a maioria das populações locais vive, em particular as crianças. Dependendo do teatro de operações em que estiveram presentes, algumas referiram o receio constante de possíveis atentados e a preocupação com os seus companheiros de armas.

Resumindo, à semelhança dos restantes países da NATO, também no caso de Portugal, a percentagem de militares femininos nas forças nacionais destacadas era, em 2010, muito inferior à percentagem total de militares femininos das organizações a que pertenciam (Forças Armadas e GNR). Embora se verificasse um aumento de mulheres nas armas combatentes, operacionais e técnicas, estas continuavam a servir, principalmente, nos serviços médicos e de apoio. As militares portuguesas que possuíam experiência em operações militares no exterior, ocupavam, na grande maioria, os postos mais baixos dentro de cada categoria, significando que a atribuição de funções de liderança às militares portuguesas nos teatros de guerra era ainda muito reduzida. Conversas informais tidas em 2010 com diversos militares femininos, Capitães e Oficiais Superiores, que, se integradas nos contingentes destacados, podiam ter desempenhado funções de comando e chefia, confirmaram que o principal fator inibidor para participarem voluntariamente neste tipo de missões encontrava-se alicerçado nas responsabilidades familiares.

⁷ Entrevistas efetuadas ao longo de 2010.

A Importância da Presença dos Militares Femininos nas Forças Nacionais Destacadas

No fim da primeira década do século XXI, todos os países NATO reconheciam a importância de aumentar a participação das suas militares nas forças destacadas, não só para garantir a disponibilidade do número de efetivos necessários para empregar nas operações militares, como também porque a sua presença contribuía para aumentar a eficácia e eficiência das missões, especialmente as que decorriam em teatros de operações onde existiam particularidades culturais que impediam o contacto direto dos militares masculinos com as mulheres da população local. Adicionalmente, as Forças Armadas dos países NATO reconheciam a existência de tarefas e funções nos teatros de operações onde a presença dos militares femininos se revelava de uma enorme utilidade, traduzindo-se numa vantagem no cumprimento dos objetivos das missões, designadamente, naquelas onde não era necessário utilizar a força e, pelo contrário, era importante mostrar sensibilidade, simpatia e, simultaneamente, firmeza.

Assim, em 2010, a comunidade NATO já tinha chegado a algumas conclusões sobre a importância da presença das militares nas forças destacadas: as militares, pelo facto de poderem contactar diretamente com as mulheres de outras culturas e aceder a lugares interditos aos homens (como por exemplo, prisões femininas e alguns mercados), têm um papel fundamental na promoção das organizações locais de mulheres e na recolha de informações junto às mulheres locais (as militares tendem a ser mais sensíveis às necessidades e aspirações destas mulheres que, por sua vez, se sentem mais à vontade para falar sobre todo o tipo de assuntos, o que dá a oportunidade aos dois géneros de exprimirem os seus pontos de vista e, consequentemente, permite aos decisores construir uma imagem da situação envolvente mais completa e inclusiva); as mulheres militares conseguem mais facilmente estabelecer relações de confiança com a população local; a existência de militares femininos contribui para uma imagem menos “masculinizada” dos contingentes destacados, ajudando a uma maior aceitação da presença de militares estrangeiros por parte das populações locais e à disseminação de informação sobre a própria missão (questão decisiva quando se pretende realizar eleições em ambiente seguro); a presença de elementos femininos nas equipas de busca porta a porta, bloqueios de estrada e de patrulhamento torna estas equipas, aos olhos da população local, mais amigáveis (verificam-se diferenças na reação da população quando encontram patrulhas masculinas ou mistas, sendo que, no primeiro caso, a população mostrava-se mais hostil e apenas os homens e crianças se aproximam dos militares, tornando-se, assim, difícil contactar com as mulheres diretamente e, consequentemente, informá-las devidamente); a existência de mulheres militares nos postos de identificação (“*check-points*”) permite que tanto as mulheres como os homens sejam revistados, ajudando a impedir o tráfico de armas praticado pelas próprias mulheres; a

existência de equipas mistas permite mostrar à população local, particularmente às mulheres, que estas podem ter um estatuto social e profissional igual ao dos homens; e, além disso, a participação de pessoal militar feminino dos serviços de saúde permite levar os cuidados médicos até às mulheres e crianças. Como tal, os militares femininos eram, cada vez mais, designados para funções de intérpretes, tradutores, “*Gender Advisors*”, interrogadores (particularmente das mulheres e raparigas vítimas de violência sexual), observadores, assim como, para funções na cooperação civil-militar, serviços de inteligência e nas relações públicas (NATO, 2007a; 2008a; 2009a; 2010a; 2010b; ONU, 2010b; 2010c).

A Presença de Mulheres nos Teatros de Operações: a Necessidade da Inclusão de uma Perspetiva de Género

A existência de mulheres, quer militares quer locais, nos teatros de operações, em especial nos localizados em regiões islâmicas, como o Afeganistão, levantou a necessidade de incluir uma perspetiva de género nas organizações militares, particularmente nas destacadas. Assim, em 2010, para além da urgência de incentivar a presença de militares femininos nos teatros de guerra, também se considerava ser necessário garantir a inclusão de uma perspetiva de género no planeamento, preparação e condução das operações, alinhada com os objetivos finais da operação e presente em todos os níveis da linha de comando, incluindo na sensibilização do conjunto de decisores e na formação e treino dos militares, especialmente dos nomeados para integrar as equipas destacadas em apoio às missões e operações de paz (Olsson *et al.*, 2009).

Neste sentido, começavam a surgir algumas recomendações no seio da comunidade NATO sobre a formação e treino nas questões de género, de forma a garantir a coordenação destas matérias entre todos os países contribuidores com forças militares para as operações de paz, a par da interoperabilidade das equipas multinacionais existentes no terreno. Uma das principais recomendações prendia-se com a importância de se elaborar doutrina padrão (ou seja, *standards* NATO com a uniformização de procedimentos), destinada a ser utilizada e respeitada por todos os Estados-membros na formação e treino dos seus militares. Como tal, os tópicos a abordar, objetivos e metodologias deveriam ser previamente definidos e a doutrina deveria ser consistente e orientada para cada tipo de teatro de operações existente, visto teatros de operações diferentes apresentarem especificidades igualmente diferentes. Pretendia-se, do mesmo modo, que a formação e treino fossem destinados a todos os participantes, logo a partir da fase de pré-destacamento e, posteriormente, no terreno. Adicionalmente, dever-se-ia atender às categorias/funções de todos os militares a destacar (designadamente, Comandante, restantes Oficiais, Sargentos e Praças) pelo facto de todos terem funções distintas – enquanto que a uns cabe a responsabilidade de tomar decisões, a outros o dever de trabalhar no terreno, fre-

quentemente em contacto direto com as populações). Recomendava-se, igualmente, a definição de regras de conduta e disciplina, a respeitar nas sedes e no terreno, que asseverassem a política “tolerância zero” relativa aos abusos e exploração sexual (*Sexual Exploitation and Abuse – SEA*) cometidos pelos próprios militares no decorrer do cumprimento da missão, indo ao encontro de uma das prioridades da ONU, que adotou uma estratégia global visando três aspetos fundamentais – prevenção, repressão e recuperação – para tratar esta questão (NATO, 2007a; 2008a; 2009a; 2010b; ONU, 2002; 2010b).

Paralelamente, os países da Aliança começavam a reconhecer a importância da presença de um conselheiro para as questões de género, designado por “*Gender Advisor*”, durante o planeamento de todas as missões e nos próprios teatros de operações, sendo o responsável por: aconselhar o Comandante das forças e sensibilizar as restantes tropas para as questões de género; no terreno, integrar a perspetiva de género no trabalho diário das equipas destacadas e elaborar relatórios periódicos sobre estas matérias; estabelecer contacto e cooperar com a população, especialmente com grupos de mulheres locais e organizações não governamentais; esclarecer as mulheres locais sobre os seus direitos e utilizar os recursos ao seu dispor para incentivá-las a participarem na vida pública (NATO, 2008a; 2009a; 2010b; ONU, 2010b; 2010c)).

Era assumido que as funções de “*Gender Advisor*” podiam ser desempenhadas por militares quer do sexo feminino quer do masculino. O Capitão Krister Fahlstedt das Forças Armadas Suecas⁸, que exerceu, ele próprio, a função de “*Gender Advisor*” no Afeganistão, considerava que, em ambos os casos, existiam vantagens e desvantagens. No caso de ser uma mulher, as suas funções podiam ser menosprezadas e podia ser mais difícil explicar o contributo do seu trabalho para o objetivo final da missão aos seus pares masculinos. No entanto, os militares femininos tinham mais facilidade em contactar e estabelecer relações com as mulheres locais. No caso de ser um homem, este tinha maior facilidade em fazer-se ouvir, em ver o seu trabalho reconhecido e em obter o respeito dos restantes militares masculinos. Porém, não podia aceder aos locais interditos aos homens.

A importância da inclusão de uma perspetiva do género nos teatros de operações foi igualmente confirmada pelas entrevistas aos militares e civis, nacionais e estrangeiros, com experiência nos teatros de operações⁹. Os casos práticos descritos pelos

8 Capitão Krister Fahlstedt das Forças Armadas Suecas durante a sua intervenção na reunião “NCGP-2010”.

9 Para além das militares nacionais e estrangeiras anteriormente referidas, foram igualmente entrevistados militares masculinos com experiência na inclusão da perspetiva de género em organizações militares (um Coronel holandês, um Tenente-Coronel francês e um Capitão sueco).

entrevistados realçaram a importância dos militares terem de saber agir corretamente em todas as situações que possam surgir no terreno, por forma a minimizar o risco de se originarem incidentes diplomáticos. De modo a evitar possíveis constrangimentos, alguns sugeriram a utilização de cenários durante o treino que retratassem realisticamente essas situações, permitindo aos militares aprender e treinar a melhor forma de atuar. Como exemplos destas situações referiram as buscas porta a porta, a entrada em locais onde os militares masculinos têm que lidar com as mulheres locais e a necessidade de revistar mulheres suspeitas de transportarem armas escondidas. Outro exemplo respeitava à convocação de reuniões, em particular, nos casos em que se pretendia solicitar a participação de mulheres, por ser essencial saber, de antemão, a respostas a algumas questões: se é permitido às mulheres participar em reuniões, se podem ser contactadas diretamente, se podem comparecer sozinhas e até que horas podem estar ausentes de casa.

Considerações Finais

A presença de mulheres nos teatros de operações, quer militares quer civis, é evidente e indiscutível. Sobre a matéria em análise, pode concluir-se que, em 2010, os países da NATO demonstravam uma grande vontade em aumentar a taxa de feminização das organizações militares, incluindo as destacadas. Consequentemente, procuravam a melhor solução para incluir uma perspetiva de género nas referidas organizações militares, em particular nos teatros de operações. Nessa data, era já reconhecida a importância de garantir a interoperabilidade e a consistência da atuação dos militares em apoio às operações e missões de paz, independentemente da nacionalidade, através da formação e treino, baseados em *standards* NATO. Para além disso, tinha também sido identificada a necessidade da presença de um “*Gender Advisor*” no processo de planeamento e na condução das operações militares, incluindo no próprio terreno.

Porém, da análise à informação que foi possível recolher, identificaram-se algumas lacunas nas preocupações demonstradas pelos países da Aliança no que se refere à presença de mulheres nos teatros de operações. A primeira diz respeito à inclusão das questões e perspetiva de género na formação e treino dos militares. A doutrina deve atender, ainda, às diferentes formações académica, moral e religiosa dos militares destacados, bem como à própria origem e, consequentemente, às diferentes intensidades que o choque cultural pode assumir, em particular, quando são destacados para países como o Iraque e Afeganistão.

Por outro lado, a formação, treino e, sobretudo, a sensibilização das mulheres militares não dever ser esquecida porque, também elas, devem tomar os devidos cuidados para os seus hábitos e comportamentos não colidirem com a cultura local. Se as comunidades ocidentais concordam e aceitam que os seus militares do sexo masculino devem respeitar as restrições a que as mulheres locais estão muitas vezes

obrigadas, analogamente, não se pode negligenciar a importância dos militares do sexo feminino adotarem uma conduta adequada às características do contexto cultural em que se encontram, para não ofenderem culturas mais masculinizadas.

Outra lacuna encontrada prende-se com o próprio incentivo à participação das militares nas missões e operações de paz e respetiva legislação. É do senso comum que, no decorrer dos conflitos, as partes beligerantes fazem frequentemente reféns. Em muitos teatros de operações as milícias armadas nutrem, por norma, um total desrespeito pelo Direito Internacional, incluindo as Convenções sobre os direitos dos prisioneiros de guerra e das mulheres. Na eventualidade de um militar ser capturado por uma dessas milícias, existe a forte possibilidade de ser torturado e ser vítima de violência e abusos sexuais. Se a vítima for um militar do sexo feminino, dessas práticas poderá resultar numa gravidez. Para fazer face a este tipo de situações, além de ser fundamental assegurar o apoio psicológico às vítimas, importa colmatar o vazio legal existente, elaborando-se legislação adequada, nacional e internacional, que proteja os direitos das mulheres que sejam vítimas de violência sexual no cumprimento dos seus deveres militares, assim como, os dos filhos que daí possam ser concebidos.

Referências

- Anderlini, Sanam (2000). *Women at the Peace Table: Making a Difference*. New York: UNIFEM.
- Carreiras, Helena (2004). *As Mulheres e a Guerra: Nova História Militar de Portugal* (Vol. 5). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Carrilho, Luísa (2007). *Generais e Almirantes de Amanhã: As Forças Armadas no Feminino*. Porto: Edições Afrontamento.
- Elshstain, Jean (2000). "Shooting at the Wrong Target: a Response to Van Creveld". *Millennium: Journal of International Studies* n° 2, pp. 443-448.
- Enloe, Cynthia (2007). *Globalization and Militarism: Feminists Make the Link*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- GNR (2008). *Balanço Social – 2008*. Lisboa: Ministério da Administração Interna, Guarda Nacional Republicana.
- Grão, Luís (2006). *Enfermeiras Para-quedistas (1961-2002)*. Lisboa: Prefácio.
- Kaldor, Mary (2001). *New and Old Wars: Organized Armed Violence in a Global Era*. Stanford: Stanford University Press.
- Keyser, Véronique (2006). "Situação das mulheres nos conflitos armados e o seu papel na reconstrução e no processo democrático nos países em situação pós-conflito". *Documento A6-0159/2006*. Parlamento Europeu – Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros.

- MAI (2010). *Mulheres no MAI – Um Tributo por Ocasão do Dia Internacional da Mulher*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- MDN (2006). *Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2006*. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/513236/anuario_2006.pdf.
- MDN (2009a). *Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2009*. Disponível em http://www.portugal.gov.pt/media/513236/anuario_2009.pdf.
- MDN (2009b). *As Mulheres nas Forças Armadas*. Disponível em http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/Imprensa/noticias/Noticia_MULHERES+FORCAS+ARMADAS_08032009.htm.
- Moura, Tatiana (2003). *As Mulheres na Construção da Paz: da Vitimização à Participação*. Disponível em http://www.apagina.pt/Download/PAGINA/SM_Doc/Mid_2/Doc_9587/Doc/P%C3%A1gina_9587.pdf.
- Moser, Caroline e Cathy Mcilwaine (2004). *Encounters with Violence in Latin America: Urban Poor Perceptions from Colombia and Guatemala*. London: Routledge.
- NATO (2001). *Committee on Women in the NATO Forces – 25th anniversary*. Disponível em <http://www.nato.int/ims/2001/win/00-index.htm>.
- NATO (2003). *National Reports 2003*. Disponível em <http://www.nato.int/ims/2003/win/year-in-review.htm>.
- NATO (2004). *National Reports 2004*. Disponível em <http://www.nato.int/ims/2004/win/03-index.htm>.
- NATO (2005). *National Reports 2005*. Disponível em <http://www.nato.int/ims/2005/win/year-in-review.htm>.
- NATO (2006). *National Reports 2006*. Disponível em <http://www.nato.int/ims/2006/win/year-in-review.htm>.
- NATO (2007a). *Guidance for NATO Gender Mainstreaming*. Disponível em http://www.nato.int/issues/women_nato/cwinf_guidance.pdf.
- NATO (2007b). *National Reports 2007*. Disponível em <http://www.nato.int/ims/2007/win/year-in-review.htm>.
- NATO (2008a). *Best Practices to Improve the Gender Balance*. Disponível em http://www.nato.int/issues/women_nato/2008-11-gender_balance.pdf.
- NATO (2008b). *National Reports 2008*. Disponível em <http://www.nato.int/ims/2008/win/year-in-review.htm>.
- NATO (2009a). *Bi-SC Directive 40-1- Integrating UNSCR 1325 and Gender Perspectives in the NATO Command Structure Including Measures for Protection during Armed Conflict*. Disponível em http://www.nato.int/issues/women_nato/2012/20120808_NU_Bi-SCD_40-11.pdf.
- NATO (2009b). *National Reports 2009*. Disponível em http://www.nato.int/issues/women_nato/meeting-records/2009/meeting-records-2009.html.

- NATO (2010a). *National Reports 2010*. Disponível em http://www.nato.int/issues/women_nato/meeting-records/2010/meeting-records-2010.html.
- NATO (2010b). *Women, Peace and Security: NATO's Implementation of UNSCR 1325*. Disponível em http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_91091.htm?.
- Olsson, L.; J. Tejpar; B. Andreassen; J. Hoenen; S. Holan; S. Kesselaar; B. Skotnes; e J. Valenius (2009). *Operational Effectiveness and UN Resolution 1325 – Practices and Lessons from Afghanistan*. Stockholm: FOI, Swedish Defense Research Agency.
- ONU (2000). *Resolução 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança. (S/RES/1325)*. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf?OpenElement>.
- ONU (2002). *Women, Peace and Security – Study Submitted by the Secretary-General Pursuant to Security Council resolution 1325 (2000)*. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/public/eWPS.pdf>.
- ONU (2009). *United Nations Peace Operations 2009 – Year in Review*. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/publications/yir/yir2009.pdf>.
- ONU (2010a). *Fact Sheet United Nations Peacekeeping*. Disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/factsheet.pdf>.
- ONU (2010b). *Women and Peace and Security – Report of the Secretary-General*. Disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/305/16/PDF/N1030516.pdf?OpenElement>.
- ONU (2010c). *Women's Participation in Conflict Prevention and Resolution Still Limited*. Disponível em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=34471&Cr=women&Cr1>.
- van Creveld, Martin (2000). "The great illusion: women in the military". *Millennium: Journal of International Studies* n° 2, pp. 429-442.
- Wright, Ann (2006). "Women involved in prisoner abuse: perpetrators, enablers and victims" em Lory Manning (ed.), *Proceedings of Conference Women in the Military Today, 19-20 de Maio de 2005*, pp. 64-111. Washington, DC: Women's Research and Education Institute.